

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2018, do Senador Lasier Martins, que altera o art. 13 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e revoga o art. 17 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, para determinar que a correção monetária dos depósitos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço terá como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.



SF/19129.46511-92

Relator: Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2018, do Senador Lasier Martins, que propõe nova sistemática de correção para as contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A proposição visa assim substituir o atual indexador do FGTS – a variação anual da Taxa de Referência (TR) adicionada de 3% – pela variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Para tanto o PLS em comento, em seu art. 1º, altera o caput do art. 13 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. De forma complementar, o art. 2º revoga o art. 17 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.

O PLS nº 229 deu entrada na CAE em 15 de maio de 2018, tendo a continuidade de sua tramitação garantida nesta Legislatura que se inicia, nos termos do art. 332, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Em sua justificação, o PLS nº 229 chama a atenção para o duplo caráter do FGTS. De um lado, trata-se de uma poupança compulsória a que o trabalhador tem direito, mas cujo acesso é restrito a determinadas situações (aposentadoria, compra de imóvel, doença terminal, entre outras). De outro lado, o FGTS tem a função de estimular políticas públicas via disponibilização de linhas de financiamento de programas nas áreas de habitação, saneamento básico, energia, transporte e mobilidade urbana. Há que se ressaltar ainda que o FGTS viabiliza a política governamental de subsídios às famílias de baixa renda na aquisição da moradia popular.

A sistemática de remuneração dos saldos das contas do FGTS faz com que o rendimento do fundo se constitua atualmente em um dos mais baixos, se não o mais baixo, na comparação com o rendimento das demais possibilidades de investimento. Note-se que a remuneração dos empréstimos do FGTS tem se dado em um índice maior do que o da remuneração das contas vinculadas, o que gerou, nos últimos anos, um excedente de recursos da ordem de R\$ 15 bilhões/ano. O PLS nº 229, de 2018, pretende alterar o índice de reajuste das contas do FGTS, tendo em vista a existência desse excedente.

Algumas tentativas de mudança do índice de reajuste foram empreendidas no âmbito judicial. Foi o caso do Recurso Especial nº 1.614.874 – SC, tendo como recorrente o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de Santa Catarina – SINTAEMA-SC. Essa entidade solicitou em juízo a substituição da TR como fator de correção das contas vinculadas do FGTS por índice que melhor repusesse as perdas decorrentes do processo inflacionário. A decisão da Corte foi no sentido de que “(...) a remuneração das contas do FGTS tem disciplina própria, ditada por Lei (...) sendo vedado, portanto, ao Poder Judiciário substituir o mencionado índice”. Reforça-se assim a necessidade de que seja revista a legislação em vigor, no sentido de corrigir a atual situação das contas vinculadas, cujo valor real se deprecia fortemente com o decorrer do tempo.

De acordo com o art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE a análise das proposições legislativas sob o prisma econômico e financeiro.

Do ponto de vista financeiro, a existência do excedente acima descrito permite a mudança do índice de correção das contas vinculadas sem que isso venha a comprometer a saúde financeira do FGTS. Como demonstra

a justificação da proposição, há espaço financeiro para que seja implementada uma maior remuneração das contas vinculadas, sem comprometer os empréstimos do FGTS que, em última análise, garantem a política habitacional, bem como a continuidade dos projetos de infraestrutura urbana e saneamento.

Do ponto de vista econômico, o PLS nº 229, de 2018, beneficia diretamente o trabalhador, na medida em que lhe proporciona uma maior reserva financeira a ser acumulada nas contas vinculadas. Além disso, não haverá redução dos benefícios advindos do financiamento do FGTS.

Assim, tanto do ponto de vista financeiro quanto do ponto de vista econômico, o PLS em comento tem todos os predicados para sua aprovação.

Por fim, no que tange à constitucionalidade e à regimentalidade, entende-se não haver vícios que prejudiquem o PLS nº 229, de 2018. O texto segue a boa técnica legislativa, sendo dotado de concisão, clareza e objetividade.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator